

# APRESENTAÇÃO

Esta primeira edição de 2014 traz sete artigos de pesquisadores vinculados a instituições renomadas do Sul (dois artigos), do Nordeste (dois) e do Sudeste (três) do Brasil e um artigo de autores estrangeiros, da Universidade de Córdoba, Argentina.

O primeiro texto é de nosso colega no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, Pedro Simões. “Garantindo direitos: um estudo do sistema socioeducativo em Santa Catarina” sintetiza os resultados de uma pesquisa realizada entre 2011 e 2012 em 18 das 24 unidades socioeducativas do estado para diagnosticar o quanto os direitos dos adolescentes estavam sendo respeitados. O trabalho resultou num ranking no qual é possível identificar a posição de cada uma das unidades estudadas, conforme a capacidade de atendimento institucional e a garantia de direitos aos adolescentes. Os resultados sinalizam a distância entre os marcos legais e a vigência institucional dos direitos sociais conferidos aos adolescentes.

Em seguida, três artigos analisam problemas teóricos. “Para uma ontologia crítica do Estado e da política: um debate entre Clastres e Marx”, de Rômulo André Lima, da Universidade Federal Fluminense, compara as leituras do etnólogo sobre a esfera política, notadamente o Estado, com interpretações marxistas do tema, em particular as de Lukács. O ponto de partida de Lima é a identificação de uma concepção ontonegativa do Estado tanto nas considerações de Clastres quanto na teoria social de Marx. “Para além das incompatibilidades com a perspectiva marxiana, que diz Clastres, afinal? Que uma sociedade efetivamente livre só pode se desenvolver para além do Estado, para a superação da alienação do Estado e de todas as esferas que escapam ao controle da sociedade como condição para uma autêntica autodeterminação humana – para o humano como único critério do desenvolvimento do homem. Tese muito próxima, em sua substância, da proposição marxiana do comunismo como superação das classes e do Estado”, observa.

Em “Gênese e consolidação da liberdade na Inglaterra: a interpretação de Hume”, Rogério Arthmar investiga o modo como o autor escocês interpretou os fundamentos de longo prazo do movimento pela liberdade na Inglaterra

entre os séculos 17 e 18. Com base em estudo minucioso sobretudo de História da Inglaterra, Arthmar argumenta que Hume, usualmente visto como um filósofo conservador, “expôs, com suficiente clareza e efetiva imparcialidade, as posições antagônicas que cindiram a sociedade inglesa durante o século dezessete, tendo se manifestado contrário somente ao componente religioso e sectário dos Comuns, que os teria impelido a cometer inúmeros excessos durante a Guerra Civil”.

O artigo de Carolina Leister e Jose Raymundo Novaes Chiappin discute o modelo de representação na concepção do agente/principal, por considerá-lo capaz de, em maior extensão, problematizar o conceito de representação política, particularmente se contraposto à representação na concepção de Burke de representação como autonomia, mas também com relação aos modelos sociológicos de representação como microcosmo. Em “Representação política: modelos e problematizações”, os autores apontam problemas do modelo do agente/principal relativos à conexão/desconexão entre a vontade do representado e a decisão do representante e sugerem soluções, em diálogo com a teoria dos grupos de Mancur Olson e a teoria da economia constitucional de James Buchanan.

Em “Ciclos político-orçamentários nos estados brasileiros: um exemplo de problema de delegação na relação principal-agente”, Francisco José Sales Rocha e Átila Amaral Brilhante, da Universidade Federal do Ceará, demonstram que os ciclos eleitorais afetaram o gasto público nos estados brasileiros de 1997 a 2009. A partir de uma versão modificada da teoria dos ciclos políticos oportunistas racionais de Rogoff, os resultados obtidos pelos autores comprovam que os governadores “utilizam política fiscal subótima para gerar no eleitor a impressão de que são mais competentes no período imediatamente anterior às eleições”. Os autores constataram que as despesas de investimento são maiores do que a média em 5,2% no ano pré-eleitoral e em 11,86% no ano eleitoral. “Como estas despesas são as mais visíveis por parte do eleitor, fica evidente que o governante (agente) as realiza com a notória intenção de ganhar popularidade e induzir o eleitor (principal) a votar nele.”

A série de estudos empíricos continua com “Dois dogmas do lulismo”. Com base na teoria da reprodução de Rosa Luxemburgo, Vinicius Gomes Lobo sustenta que a gestão do presidente Lula foi socioeconomicamente condicionada por dois dogmas: a expansão extensiva e intensiva da demanda efetiva,

implementada sobretudo através do programa Bolsa Família e da política de valorização real do salário mínimo; e uma política de livre desenvolvimento do ideal monetário-mercantil. “Com a atual expansão intensiva e extensiva do mercado capitalista dentro da sociedade brasileira, acredito ser possível afirmar que nunca o ideal monetário exerceu tanta pressão sobre a organização do pensamento das pessoas”, afirma o autor. “O impacto de tal territorialização do trabalho mercantil ganha uma maior ênfase cultural se, além dessa expansão do capitalismo, levarmos em consideração a precariedade do sistema nacional de educação e dos meios de comunicação de massa.”

Flávio Sacco dos Anjos, Fernanda Novo da Silva, Nádia Velleda Caldas e Germando Ehlert Pollnow, da Universidade Federal de Pelotas, perguntam: “São as indicações geográficas um instrumento para o desenvolvimento dos territórios?” Na resposta, o “estudo de caso sobre duas experiências no estado do Rio Grande do Sul” compara os efeitos da indicação geográfica de vinhos sobre o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos e da indicação geográfica da carne do pampa gaúcho sobre a campanha meridional. Em ambos os casos, “o êxito destas experiências é governado pela existência de capital social nos territórios e pela capacidade de organização dos atores sociais”. Os autores concluem que “as indicações geográficas podem converter-se, decididamente, num instrumento de desenvolvimento territorial, sempre e quando outras condições e circunstâncias estejam presentes, sobretudo quando se pensa na necessidade de constituir um sujeito coletivo em torno a uma ideia-guia que expresse a capacidade de articulação dos vetores dinâmicos do território”. Para eles, a indicação geográfica deve ser vista como um ponto de partida para “uma longa caminhada de construção social da qualidade, da diferenciação e de fortalecimento da própria identidade”.

A publicação de “Posiciones sobre aborto en Argentina: de la Conferencia Episcopal a las opiniones de los/as ciudadanos/as católicos/as” confirma a disposição de Política & Sociedade de aprofundar sua internacionalização. O artigo de Hugo H. Rabbia e María Candelaria Sgró Ruata, respectivamente da Universidade Católica e da Universidade Nacional de Córdoba, compara a posição da Igreja Católica argentina sobre o aborto, difundida e defendida através de pronunciamentos da Conferência Episcopal Argentina (CEA) entre 2000 e 2010, em contraste com as opiniões de fieis da igreja na região de Córdoba a respeito do tema. O artigo ganha particular relevância porque a CEA,

entre 2005 e 2011, foi presidida pelo cardeal Jorge Mario Bergoglio, papa desde 2013. Os autores concluem que o posicionamento público da Conferência opera com uma “disjunção estratégica”, marcada por operações de imprecisão nos posicionamentos a respeito do aborto em geral e aos casos de aborto não punível em particular. Os cidadãos, fieis ou não, defendem posições mais pluralistas em relação ao aborto. “El proceso de reconstruir estas complejidades en los vínculos entre religión institucional y religiosidad personal en torno a las políticas sexuales, en particular, del aborto, constituyen aún un desafío que requiere profundizar las discusiones en nuestro contexto sociopolítico actual”.

***Ary Cesar Minella***  
***Jacques Mick***  
Editores